



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 4 • nº 09 • 01 a 07/04/07 • ISSN1809-6182

Análises

30/03/2007 – Alguns aspectos do futuro político da Rússiap.01

Com as eleições presidenciais russas marcadas para 2008, Vladimir Putin tem a possibilidade de mudar a Constituição e conseguir um terceiro mandato ou criar as condições para eleger um candidato apoiado por ele.

05/04/2007 – Refugiados ambientais: uma categoria das mudanças climáticasp.05

O anúncio, em fevereiro de 2007, da primeira parte do relatório da ONU sobre as mudanças climáticas entre outras implicações vem chamando a atenção para uma provável categoria de refugiados: os refugiados ambientais.

Resenhas

01/03/2007 – Coreia do Norte assina novo acordo nuclear.....p.09

Acordo firmado em Beijing, China, em 13 de fevereiro de 2007, restringe-se à desativação de um reator nuclear norte-coreano, apazando a discussão acerca da supressão de armas nucleares. Enquanto a opinião pública estadunidense aponta para uma derrota diplomática, a Rússia pressiona para que um acordo semelhante seja apresentado ao Irã.

Especial

29/03/2007 – O Sistema de Governo Japonêsp.12

O sistema de governo japonês foi criado em 1946, após a II Guerra Mundial. Nele, o Imperador tem poderes simbólicos em um sistema bicameral no qual os poderes legislativo, executivo e judiciário são independentes.

Alguns aspectos do futuro político da Rússia

Análise
Segurança

Fernando Maia
30 de março de 2007

Com as eleições presidenciais russas marcadas para 2008, Vladimir Putin tem a possibilidade de mudar a Constituição e conseguir um terceiro mandato ou ainda criar as condições para eleger um candidato apoiado por ele.

O Presidente russo Vladimir Putin termina seu segundo mandato em março de 2008. Sinais dúbios acerca de sua influência na vida política do país aparecem constantemente na Rússia. Por um lado, muito se especula sobre a possibilidade de um terceiro mandato. Tal medida exigiria uma mudança constitucional e Putin já declarou várias vezes que respeitará a Constituição do país. Porém, existe um forte incentivo para que ele busque uma alteração constitucional visando um terceiro mandato: a estabilidade que o governo russo atingiu. Entretanto, tal tese não parece muito plausível, visto que, seria paradoxal romper com a estabilidade às vésperas de uma eleição para tentar mantê-la¹. A consolidação democrática da Rússia é um dado do qual o Presidente parece não querer colocar de lado em prol de um terceiro mandato

Por outro lado, Putin já há algum tempo busca criar as condições para eleger um candidato apoiado por ele, evidenciando assim uma alternativa à hipótese de mudança constitucional. Os nomes mais cotados são Dmitrii Medvedev, Vice Primeiro-Ministro e Sergei Ivanov, ex-Ministro da Defesa (março de 2001 a

fevereiro de 2007, substituído por Anatoliy Serdyukov) com um passado na KGB.

Mas, qualquer que seja a opção tomada, essas alternativas evidenciam o interesse de Putin de influenciar a vida política russa. Isto porque ele é respeitado, admirado e de certo modo um novo símbolo para o país, ao menos nessa fase democrática que a Rússia vive após a eleição de Boris Yeltsin, em 1991². Os problemas pessoais de Yeltsin, aliados aos problemas pelos quais a Rússia enfrentou³, não fizeram desse primeiro presidente democrático um grande expoente da política russa. Vladimir Putin, ao contrário, tem uma posição diferente visto que ele tem um apoio significativo da população que está satisfeita com o seu trabalho.

Isso tudo faz dele um expoente da vida política russa. Saindo ou não de cena, o país encontra-se bem diferente se comparado com as outras administrações, tanto do ponto de vista interno quanto do ponto de vista externo. O presente

² Primeiro presidente russo eleito democraticamente após o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

³ Para citar apenas três exemplos: os problemas enfrentados em 1993 quando Yeltsin dissolveu o Parlamento para alterar a constituição e dar mais poderes ao presidente, a turbulência da campanha eleitoral de 1996 e a crise financeira de 1998.

¹ Eleições periódicas dão uma boa medida da estabilidade de regimes democráticos, ainda que não se limitem apenas a esse ponto.

trabalho tenta, pois, analisar essas mudanças, bem como pensar alguns desdobramentos capazes de influir na dinâmica internacional.

É interessante, de início, dizer que Putin conseguiu durante esses dois mandatos transformar uma visão de mundo em realidade. Por outras palavras, ele vem conseguindo paulatinamente resgatar o orgulho nacional e colocar a Rússia como um ator de mais peso no sistema internacional⁴. Talvez essa visão de que o País deva ser forte e tenha a influência dos seus tempos de KGB; leve, segundo o *Le Monde Diplomatique*, algumas pessoas a pensarem o governo russo como um “autoritarismo brando” no sentido de que a democracia existe, mas o governo exerce um papel controlador⁵.

Ainda que em 2003, num discurso sobre o estado da união, Putin tenha estabelecido uma meta ousada de dobrar o PIB russo em dez anos (até 2013, portanto), não se pode descartar o fato de que esse indicador vem crescendo a uma média de 6,9% há seis anos, segundo dados da Câmara Brasil-Rússia. O que tem contribuído para esse crescimento é, por exemplo, o sucesso na área de petróleo, metalurgia, consumo familiar, dentre outros fatores. Entretanto, a análise pode ir além, especialmente, quando se atenta para o fato de que o fortalecimento da economia russa se dá no momento em que uma economia de mercado⁶ parece ter se consolidado após uma transição de uma economia centralizada. Esta consolidação se reverteu numa maior participação em fóruns multilaterais, tais como: tornou-se membro do G-8 e ampliou significativamente as possibilidades de ingresso na Organização Mundial do

Comércio (OMC)⁷. Todavia, problemas de ineficiência, burocracias excessivas e corrupção ainda são assuntos que precisam ser tratados, porque têm uma influência direta na vida política e econômica do país.

Do ponto de vista internacional, as pretensões de contribuição de Putin também são significativas. Em seus discursos, fica claro o propósito de tornar a Rússia um país influente política e militarmente no mundo.

Talvez sua visão seja a de que a Rússia esteja em “débito” com o mundo, desde o colapso da URSS e dos anos conturbados do governo Yeltsin. Nesse sentido, o Presidente parece estar resgatando o papel que o país, na sua visão, deve ocupar. As ações para atingir esse objetivo são evidentes.

Do ponto de vista militar, Putin, sob a coordenação do Ministro da Defesa Sergei Ivanov, tem o objetivo de modernizar e profissionalizar as forças armadas do país⁸. A projeção de uma Rússia forte no mundo depende igualmente de forças armadas bem estruturadas. Desse modo, o país vem gastando mais nessa área (o orçamento de defesa de 2007 prevê um aumento de 29% nos gastos em comparação a 2006) para diminuir sua distância em relação a outros países tais como Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Alemanha e China.

Essa visão de uma Rússia forte política e militarmente está aliada à necessidade de

⁴ Informações do *Le Monde Diplomatique* Brasil.

⁵ Em artigo, o *Le Monde Diplomatique* informa que a expressão “autoritarismo brando” foi formulada pelo ex-Primeiro Ministro Yegor Gáidar.

⁶ O Brasil, por exemplo, reconheceu a Rússia como economia de mercado em maio de 2003.

⁷ Esse processo, entretanto, deve ser visto com alguma ressalva. O processo de se tornar membro da OMC já dura mais de dez anos o que é muito tempo se comparado com o processo chinês, por exemplo. A China hoje já é membro efetivo da organização enquanto que a Rússia possui o *status* de observador. Pode-se, portanto, indagar se ela realmente deseja fazer parte daquela organização ou se seus objetivos são outros. No caso da União Européia, por exemplo, ela já declarou não querer fazer parte.

⁸ Remeto o leitor à nova Doutrina Militar russa lançada em 2000 – em substituição à doutrina de 1993 – para um aprofundamento nessa questão.

delimitação de espaços de influência russa, principalmente na Ásia e no Oriente. Essa situação é evidenciada no maior contato com China, Índia, Coreia do Sul, Irã, Arábia Saudita, dentre outros. Isso tudo faz com que a Rússia amplie seu campo de atuação não ficando tão restrita às relações ocidentais.

Obviamente, essa postura cria uma situação em que os interesses dos Estados Unidos (EUA) e da Rússia são divergentes, visto que ela vem tentando conter a influência estadunidense naquele lado do mundo. No entanto, essa talvez seja uma situação normal para aquele que busca firmar sua autonomia. Prova disso é que o país criticou as intenções dos EUA de instalar um escudo antimísseis no Leste Europeu, as intenções de reativar o programa Guerra nas Estrelas e ainda, em documento recente, o Ministro das Relações Exteriores russo Sergei Lavrov, criticou a política externa estadunidense por confiar extremamente no uso da força como maneira de resolução dos seus problemas. Além disso, enfatizou a necessidade de cooperação para a solução das crises. Esta é de fato uma declaração coerente de quem busca independência e delimitação de seu espaço de ação.

No caso do Irã, a Rússia vem desempenhando um papel ativo no sentido de conter, ou pelo menos administrar, os problemas gerados pelo programa nuclear iraniano e, de certo modo, contraditório.

A Rússia é um parceiro comercial importante do Irã e vem usando essa vantagem como instrumento de barganha para conter o avanço do programa nuclear iraniano. Em alguns casos, Moscou chegou até a condenar tal programa. A questão é que a retórica diplomática deve ser deixada de lado, visto que na realidade as ações estão se desenrolando de forma diversa do anunciado.

É a partir dessa relação contraditória com o Irã, que podemos pensar em alguns desdobramentos dessa situação que a

Rússia se encontra hoje.

Essa relação é contraditória na medida em que, do ponto de vista diplomático, a Rússia tende a se alinhar com os países ocidentais. Entretanto, nas ações seu posicionamento parece caminhar noutra direção. Isto porque, pelo fato de ter poder de veto no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), o País já usou desta prerrogativa para “pressionar por sanções mais leves contra seu aliado”, informou a Folha Online⁹. Ademais, a Rússia vem fornecendo armamentos ao Irã, o que torna a relação entre eles ainda mais contraditória.

Está claro, que vender armas não é uma situação nova, visto que isso já foi freqüente anos anteriores, especialmente, durante a Guerra Fria. O que agora torna o fato peculiar é a sua busca por espaços de influência e de atuação nos acontecimentos internacionais como um ator relevante. Assim, o Irã pode ser mais um canal¹⁰ de influência no Oriente Médio. A recente visita do Presidente russo à Arábia Saudita – grande aliado estadunidense na região – demonstra o interesse de ter um bom acesso na região.

A condição em que Vladimir Putin deixa a Rússia é visivelmente diferente e, talvez, melhor do que a das administrações anteriores. Contudo, há de se atentar para dois pontos: os custos que tal situação demandará da Rússia e as conseqüências para a dinâmica internacional.

No primeiro caso, quem quer que esteja na presidência a partir de março 2008, terá que dar continuidade à consolidação democrática, buscando melhorar os aspectos levantados anteriormente (ineficiências, excesso de burocracias, corrupção, economia, etc). Seja Putin num terceiro mandato, seja um sucessor apoiado por ele, essas questões estarão em

⁹ Acesso em 28 de março de 2007.

¹⁰ A Rússia, mesmo antes de Putin, já vinha, por exemplo, participando do processo de paz israelense-palestino.

pauta.

Do ponto de vista internacional, os desdobramentos também são interessantes. Fazer da Rússia uma grande potência – ou fazer com que ela volte a ocupar um lugar que é seu, na visão de Putin – impõe custos, ou melhor, ônus. Ser grande potência e jogar o seu jogo exige do país a capacidade de atuar em vários lugares ao mesmo tempo. Ainda que a Rússia não tenha condições de se comportar assim no momento, as condições para tal estão dadas. A questão é como aconteceria uma acomodação de forças em torno de uma nova potência, tanto do ponto de vista do sistema internacional como do regional.

A resposta mais contundente que se espera nesse caso advém dos Estados Unidos, já que, como a única grande potência do sistema internacional, tende a ver com preocupação a possibilidade da emergência de novas potências capazes de ameaçar essa sua condição. Mas é preciso analisar como a região do Pacífico também se comportará visto que ali existem concorrentes e assuntos igualmente importantes. Isto porque do ponto de vista regional, a acomodação de forças também demandará atuações mais consistentes da Rússia caso ela consolide de fato sua posição.

Doutrina Militar russa – 2000

<http://www.fas.org/nuke/guide/russia/doctrine/991009-draft-doctrine.htm>

Folha Online

<http://www.folha.uol.com.br>

Le Monde Diplomatie Brasil

<http://diplo.uol.com.br>

Mosnews

<http://www.mosnews.com>

Panorama do Exército Russo

<http://www.globalsecurity.org>

Presidência da Rússia

<http://www.kremlin.ru/eng>

Reuters Brasil

<http://br.today.reuters.com/news/default.aspx>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

Referência

Sites:

Análise das Forças Militares Russas

<http://www.warfare.ru>

BBC News

<http://www.bbc.co.uk/>

Câmara de Comércio Brasil Rússia

<http://www.brasil-russia.org.br>

Refugiados ambientais: uma categoria das mudanças climáticas

Análise
Desenvolvimento

Joana Laura Marinho Nogueira
05 de abril de 2007

O anúncio, em fevereiro de 2007, da primeira parte do relatório da ONU sobre as mudanças climáticas entre outras implicações vem chamando a atenção para uma provável categoria de refugiados: os refugiados ambientais.

Há muito, as alterações do clima vêm sendo discutidas em fóruns internacionais. O mais conhecido deles se realizou em 1992, no Rio de Janeiro. Nele foi assinada a Convenção-Quadro sobre a Mudança do Clima que deu origem ao Protocolo de Quioto, em vigor desde fevereiro de 2005¹.

Seguindo as diretrizes definidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para o controle do clima, foi divulgado, no início de 2007, a primeira parte do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC, sigla em inglês). Desde 1990, são divulgados relatórios sobre o clima na Terra. Em 1988, o IPCC foi oficialmente criado, tornando-se um instrumento importante para divulgação dos impactos das ações humanas sobre as mudanças climáticas. Em 2007, foi divulgado em Paris a primeira parte do Quarto Relatório Intergovernamental. Este painel era composto por cerca de 2500 cientistas provenientes de mais de 130 países, que apresentam cenários,

projeções e análises sobre as mudanças do clima.

O conteúdo do relatório já era, em geral, de conhecimento da comunidade científica, exceto por alguns detalhes. O relatório divulgado em 2001, já alertava para o aumento da temperatura média na Terra. Tal elevação só poderia ser explicada pelo somatório dos fatores naturais com as intervenções humanas, que gerariam o agravamento das mudanças do clima mundial.

A diferença é que, desta vez, as ações antropogênicas² deixaram de ser, nos termos do relatório, as “prováveis” causas das mudanças climáticas, e passaram as “muito prováveis” causas destas alterações. O que significa dizer que, anteriormente, as ações humanas representavam 55%, em média, das probabilidades de o homem ter causado o agravamento das condições do clima, enquanto agora, no painel de 2007, essa probabilidade passa a ser de 90%.

Dentre os cenários projetados, pelo relatório, estão o “muito provável” aumento na temperatura média da Terra entre 2º C e 4º C e a elevação de 9 a 80 cm

Entrou em vigor 90 dias após a adesão da Rússia, quando foi alcançada a exigência mínima de 55 países que, em conjunto, corresponderem a, pelo menos, 55% das emissões globais de dióxido de carbono, com base nas emissões registradas em 1990.

² Antropogênicas: provocadas pelo homem.

do nível dos oceanos até 2100. Projeta-se também a diminuição do gelo marinho tanto ártico como antártico. E é “muito provável” o aumento das precipitações em altas latitudes e a redução dessas nas regiões subtropicais.

Ondas de calor ou de frio, chuvas desproporcionais e irregulares, aumentos nas frequências dos furacões e de seu poder destrutivo são efeitos que, nas últimas décadas, vêm sendo registrados pelos institutos de meteorologia. Existem, porém, outras consequências que não causam impacto direto na vida humana, são mais silenciosas e, só serão sentidas pelas futuras gerações. Entre elas estão o fim dos recursos naturais, desertificação de áreas produtivas, extinção de animais e plantas.

Entretanto, o que vemos hoje é que para alguns habitantes do Pacífico as mudanças climáticas não são apenas muito prováveis. O aumento da temperatura média da Terra, o degelo dos pólos e a conseqüente elevação do nível do mar, todos estes fatores vêm causando transtornos reais.

É certo que o efeito estufa sempre existiu como fenômeno natural, mas nos últimos anos tem sido usado como retórica científica e política; e tem se agravado a cada ano, complicando ainda mais o clima da Terra. Entre suas primeiras vítimas encontram-se os habitantes de Tuvalu, pequena ilha do Pacífico, os quais vêm sendo classificados como os primeiros refugiados ambientais.³

Tuvalu é um Estado da Polinésia, que está situado próximo à Nova Zelândia, numa ilha de cerca de 26 Km² e com uma população de pouco mais de 11 mil

habitantes. Sua economia está baseada principalmente na venda dos direitos do código internacional para a Internet, o “.tv”⁴. Contudo, seu maior desafio, tem sido conviver com as alterações climáticas e, por consequência, sobreviver em um território cujo ponto mais alto fica a 5 metros acima do nível do mar. A cada maré alta, seu território é invadido pela água salgada, que interrompe o fluxo de água potável, causando transtornos aos habitantes da ilha.

Buscando a sobrevivência, os habitantes da ilha pediram ajuda a um de seus vizinhos, a Nova Zelândia; que em consideração à ligação cultural e étnica com a população de Tuvalu, concordou em criar um programa de imigração para receber todos os cerca de 11 mil cidadãos da ilha. Eles vêm recebendo tratamento especial, por parte do governo neo zelandês, como moradia e outros benefícios que não são garantidos aos outros imigrantes.

Esta situação é inédita e não parece ter uma solução simples ou rápida, pois nenhum país tem obrigação de receber os refugiados. Após este precedente aberto pela Nova Zelândia, disputas internacionais podem acontecer, uma vez que, no futuro, outras populações podem ter problemas semelhantes. O relatório faz previsões, no mínimo, preocupantes sobre o tema.

Ainda na década de 1990, foi criada a Aliança das Pequenas Ilhas-Nações, um grupo heterogêneo de “Ilhas-Nações” de diferentes regiões do planeta que têm em comum os problemas causados pela elevação do nível dos oceanos. O grupo é formado por 43 países que, juntos, têm pouco mais de 5% dos habitantes do planeta e tentam se fortalecer e fazer *lobby* junto aos organismos internacionais para que sejam implementadas as medidas necessárias ao controle dos efeitos da mudança climática.

3. Para o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), refugiados ambientais são pessoas que foram obrigadas a abandonar temporária ou definitivamente a zona tradicional, na qual vivem devido ao visível declínio do ambiente prejudicando a qualidade da vida de tal maneira que a subsistência dessas pessoas entra em perigo.

4 Fonte: Governo Tuvalu

Mesmo após quase 20 anos de sua criação, a aliança não parece alcançar seus objetivos, pois as discussões sobre as mudanças climáticas ainda geram diferentes pontos de vistas. Porém, os últimos relatórios da ONU sobre as mudanças climáticas vêm aos poucos convergindo para conclusões mais uniformes e consensuais. Neles são detalhados alguns dos possíveis cenários para o clima mundial, bem como o que pode ser feito para que o mais otimista deles seja a realidade futura da humanidade.

Cenários pessimistas também estão previstos no relatório. Eles sinalizam alterações geográficas mais generalizadas, nas quais não apenas pequenas ilhas, localizadas em sua maioria no Pacífico Sul, que seriam afetadas, mas também Países centrais como EUA, Grã-Bretanha, China e Rússia.

Segundo o ambientalista Lester Brown, com a elevação dos mares, a Ilha de Manhattan e o Capitólio nos Estados Unidos poderiam ser atingidos. Desapareceriam também cerca de um terço da cidade chinesa de Xangai e ainda países como a Holanda poderiam desaparecer, e, no Brasil, cidades litorâneas poderiam perder construções à beira-mar.

Essa invasão do mar nas áreas litorâneas gerará um deslocamento dos habitantes, que serão considerados deslocados internos⁵. Problemas de habitação e econômicos, uma vez que, além de cidades, setores produtivos inteiros

Desaparecerão, estas são apenas alguns das possíveis consequências para estes estados caso parte de seu território seja invadido pelo oceano.

Esses, porém, são problemas mais pontuais e específicos de cada Estado. Todavia, há um problema de abrangência mais global: os possíveis fluxos migratórios decorrentes do desaparecimento de países devido à elevação dos mares.

Segundo a ONU, até 2010, o mundo terá cerca de 50 milhões de refugiados ambientais. Entre eles estão habitantes de ilhas que desaparecerão, populações de áreas atingidas por tempestades e furacões, terras que se tornaram improdutivas obrigando o êxodo de seus moradores. Atualmente, é mais urgente à situação daqueles que vêm sendo expulsos pela elevação dos mares. Em alguns anos, poderão ser outros.

A legislação internacional não contempla a nova classe de refugiados. Para a Convenção de Genebra, refugiados são definidos como pessoas que temem “serem perseguidas por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas” e “se encontram fora do país de sua nacionalidade”. Então, os refugiados ambientais, talvez, fossem aqueles expulsos pela natureza, uma vez que esta vem sendo a causa das principais tragédias vividas pela humanidade nos últimos anos, a exemplo das tsunamis na Ásia, do furacão Katrina nos Estados Unidos e até mesmo da desertificação de áreas na África Subsaariana constantemente agredida.

Porém, esta nova categoria de refugiados, os refugiados ambientais, ainda se encontra fora do ordenamento internacional, à parte de direitos e regulamentações. Esta é uma situação que requer ações urgentes das instituições e governos, especialmente da por parte da ONU. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, ou mesmo, o de Direitos Humanos devem inserir nos

5. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, os deslocados internos são pessoas, ou grupos de pessoas, forçadas ou obrigadas a fugir ou abandonar as suas casas ou seus locais de residência habituais, particularmente em consequência de, ou com vista a evitar, os efeitos dos conflitos armados, situações de violência generalizada, violações dos direitos humanos ou calamidades humanas ou naturais, e que não tenham atravessado uma fronteira internacionalmente reconhecida de um Estado.

novos acordos internacionais esta nova categoria de refugiados, para que sejam criados procedimentos e regras que deverão ser um modelo a ser adotado pelos Estados, a fim de que sejam minimizados os transtornos causados pelas alterações climáticas.

Referência

Sites:

Ministério da Ciência e Tecnologia

<http://www.mct.gov.br/>

Ministério do Meio Ambiente

<http://www.mma.gov.br/>

ONU

<http://www.un.org/>

WWF Brasil

<http://www.wwf.org.br>

IPCC

<http://www.ipcc.ch>

Tuvalu Island Home Page

<http://www.tuvaluislands.com/>

United Nations Framework Convention
on Climate Change

<http://unfccc.int/2860.php>

WWI-Worldwatch Institute

<http://www.iuma.org.br>

Coréia do Norte assina novo acordo nuclear

Resenha
Segurança

Andre Klausing
01 de março de 2007

Acordo firmado em Beijing, China, em 13 de fevereiro de 2007, restringe-se à desativação de um reator nuclear norte-coreano, apazando a discussão acerca da supressão de armas nucleares. Enquanto a opinião pública estadunidense aponta para uma derrota diplomática, a Rússia pressiona para que um acordo semelhante seja apresentado ao Irã.

A intensificação do culto à personalidade de Kim Jong-il, líder norte-coreano, marcou as celebrações de seu 65º aniversário, em 16 de fevereiro de 2007.

Tamanha intensidade de devoção ao “brilhante comandante invencível” da Coréia do Norte, conforme expressão cunhada pela imprensa oficial do estado, é parcialmente explicada por um novo elemento, que tem sua origem dias antes ao aniversário de Jong-il, a saber: a firmação de um acordo nuclear, em 13 de fevereiro de 2007, em Beijing, China.

Segundo este acordo, firmado entre a Coréia do Norte e mais cinco estados – China, Coréia do Sul, Estados Unidos, Japão e Rússia – Pyongyang há de desativar seu reator nuclear e suas instalações de reprocessamento (que estão perto do arremate de sua vida útil) em troca de 50 mil toneladas de diesel e assistência diplomática, sobretudo em questões de segurança. A discussão a respeito da supressão de armas e instrumentos nucleares foi reservada a encontros posteriores.

A percepção de que a Coréia do Norte alcançou uma vitória diplomática é visível nos Estados Unidos. Nos últimos dias, a

Casa Branca, por meio de seu porta-voz, Tony Snow, tem buscado esclarecer os termos acordados com a Coréia do Norte, em resposta às críticas da opinião pública estadunidense.

De acordo com o jornal estadunidense *Washington Post*, as críticas estão voltadas, sobretudo, para uma das disposições do acordo que, em tese, auxiliaria a exclusão da Coréia do Norte da relação de estados que patrocinam o terrorismo. Em resposta, Snow alegou que a Coréia do Norte não deixará a lista automaticamente, mas “terá que ganhar essa posição”. “Os norte-coreanos não o conseguirão em troca de nada, isso acontecerá com base em fatos e na atuação dos norte-coreanos.”, disse Snow.

O ex-embaixador dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas (ONU), John Bolton, censurou o arranjo de Beijing por delatar a fragilidade de Washington diante de embates atrelados à proliferação de armas de destruição em massa. O acordo “contradiz premissas fundamentais da política presidencial dos últimos seis anos e, em segundo lugar, faz com que o governo Bush pareça muito mais fraco no Iraque quando ele precisa parecer forte.”.

Em meio às críticas sobre o papel de seu governo, o presidente George W. Bush assinala a designada “Iniciativa de Segurança quanto à Proliferação”, acordo por meio do qual os Estados Unidos alcançaram a assistência de dezenas de estados para o rastreamento e a interceptação de material nuclear norte-coreano contrabandeado. Contudo, esta iniciativa estadunidense não consegue suplantar o fato de que, em Beijing, a Coreia do Norte angariou assistência econômica e diplomática sem se comprometer a destruir seu arsenal nuclear.

“Ele (Kim Jong-il) explorou com desenvoltura divisões internas em outros países e ganhou muito não dando tanto em troca”, afirmou Han Sung Joo, ex-ministro do Exterior da Coreia do Norte.

Um elemento significativo, que acusa, de alguma forma, a percepção norte-coreana do sucesso de Jong-il, é a intensificação da retórica anti-estadunidense. Em carta a Jong-il, por ocasião de seu aniversário, o gabinete norte-coreano, o partido governista, o Parlamento, e o Exército se comprometeram a defender a Coreia do Norte dos Estados Unidos. “Todo o Exército Popular e o povo manterão a mobilização em resposta ao imperialismo americano, e irão destruir sem piedade o inimigo que ouse lançar uma guerra.”, reportou a imprensa oficial do estado ao citar trechos da carta.

Quanto a resultados concretos do acordo de Beijing, é possível enumerar três fatos: a) a visita, a acontecer em curto prazo, de um oficial da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) à Coreia do Norte para a discussão de aspectos da inspeção ao reator nuclear; b) a aproximação entre as Coreias do Sul e do Norte. Ambos estados acertaram em reiniciar, ainda em março de 2007, as negociações bilaterais em nível ministerial (o mais alto canal de diálogo entre as duas Coreias); c) a pressão que o governo Bush sofre, desde a firmação do acordo com

Pyongyang, para a implementação de estratégia semelhante na questão iraniana – aspecto de singular importância para esta análise.

Explica-se: uma das implicações do acordo firmado em Beijing consiste na pressão, sobretudo russa, para que acordo semelhante seja apresentado ao Irã. O Ministro do Exterior da Rússia, Serguei Lavrov, solicitou a mesma disposição estadunidense em fazer concessões à Coreia do Norte para, desta vez, fazer concessões ao Irã desencorajando a produção de artefatos nucleares. A Casa Branca carece da “mesma flexibilidade sensata, sem prejuízos para os princípios de não-proliferação, que todos defendemos em relação ao programa nuclear iraniano”.

“A situação em torno do Irã deixou em evidência que o regime de não-proliferação não é perfeito”, necessita ser “reforçado com acordos adicionais”, afirmou Lavrov.

Mohamed El Baradei, diretor da AIEA, alegou, por sua vez, que Washington precisa assumir estratégia semelhante diante do impasse iraniano. Segundo El Baradei, em contraposição à Coreia do Norte, que já testou armas nucleares, há incertezas quanto à existência do arsenal nuclear do Irã. “Então o Irã não é uma ameaça imediata, o que significa que temos amplo tempo para encontrar uma solução”.

Referência

Sites:

BBC

<http://www.bbc.com>

CNN

<http://www.cnn.com>

Deutsche Welle

<http://www.deutschewelle.de>

O Sistema de Governo Japonês

Especial
Sistema de Governo

Luiz Fernando Damaceno Moura e Castro
29 de março de 2007

O sistema de governo japonês foi criado em 1946, após a II Guerra Mundial. Nele, o Imperador tem poderes simbólicos em um sistema bicameral no qual os poderes legislativo, executivo e judiciário são independentes.

Até a segunda metade do século XIX não apenas a estrutura governamental japonesa, mas o país como um todo poderia ser classificado como Feudal. Com a Revolução Meiji, o Japão entrou em uma nova era modernizante, que reestruturou as fundações do país.

Antes da revolução Meiji de 1867, o Japão era dividido em mais de 200 províncias governadas por *Daimyos*, que se colocavam como chefes locais. Um governo geral era presidido pelo *Shogun*, um líder militar que controlava as províncias. O Imperador japonês era colocado à parte das questões governamentais, representando apenas um símbolo da dinastia japonesa. O último shogunato foi o dos *Tokugawa* (1603 – 1868), que presidiram a era Edo.

As eras no Japão funcionavam como um sistema de calendário, que colocava o nome da era, por exemplo Edo, e o ano correspondente, por exemplo Edo 12. Os nomes derivavam de acontecimentos marcantes que antecederam a instauração da era, como revoluções (Meiji) desastres naturais, ou eram escolhidos arbitrariamente por oficiais da corte japonesa, um ou dois anos após a ascensão de um novo Imperador como, por exemplo, o nome da era atual *Heisei*,

para o qual uma possível tradução seria “paz em todo lugar”.

Na segunda metade do século XIX, o Japão ainda se encontrava em condição praticamente feudal. A dinastia *Tokugawa* controlava o Japão desde a vitória na batalha de *Seguikahara*, em 21 de outubro de 1600, confronto que marcou a supremacia de *Tokugawa Ieyasu* sobre os outros *Daimyos*.

O país era dividido e em várias províncias (*han*) controladas por *Daimyos* que deviam lealdade ao *Shogun Tokugawa*. Além disso, a sociedade era claramente dividida em um sistema de castas, que separavam as castas dos camponeses da casta guerreira dos Samurais, sendo que apenas os últimos ocupavam cargos de poder. Não existiam instituições políticas de caráter democrático e, o comércio era fortemente restrito ao arquipélago. Um período de reclusão (*Sakoku*) havia mantido a população completamente alheia ao comércio internacional. O shogunato *Tokugawa* acreditava que os mercadores e missionários estrangeiros eram na verdade os batedores de uma conquista militar por parte das potências européias. Assim, foi proibido para japoneses e estrangeiros sair ou entrar no país. Em 1853, o Comodoro¹ americano

¹ Comodoro se refere a uma patente alta na

Matthew Perry chega à costa japonesa e força a abertura do mercado com “gunboat diplomacy”² terminado com o período de reclusão, fato que foi visto como uma fraqueza por parte do Shogunato *Tokugawa*.

Em 1868 é formada uma aliança entre as províncias anti-shogunato, *Satsuma-han* e *Choshu-han* que, formando um grupo chamado de Oligarquia Meiji, lideram uma sublevação contra o governo do Shogun, conseguiram o apoio de outras províncias e tomaram terras pertencentes a ele, colocando-as sob o domínio do Imperador. Esse processo procurava reiterar o papel do Imperador como único governante do país, retirando o *Shogun* do poder e submetendo-o oficialmente em 9 de novembro de 1867. Assim, quando o Imperador *Meiji* ascendeu ao trono no mesmo ano o Japão foi unificando pela primeira vez sob um único domínio, dando início a Era Meiji.

Com o governo consolidado foi proclamada a Constituição do Império Japonês, chamada de Constituição Meiji em 1889. Nela foram incorporadas muitas instituições ocidentais, que instauravam uma monarquia constitucional baseada no modelo prussiano, em que o Imperador deveria dividir o poder político com outra instituição que representaria o poder legislativo.

Essa constituição foi a vigente no país até o final da II Guerra Mundial, quando, nos acordos de paz com as potências aliadas em 1946, foi instaurada a Constituição atual. Essa foi influenciada em grande medida, pelas potências vencedoras da Guerra, e incluía entre seus artigos um exclusivamente relacionado a renúncia total à guerra e conseqüentemente, a manutenção de forças armadas, mas permitia a manutenção da corte imperial.

hierarquia da marinha americana.

² Política imperialista que procurava forçar populações a se abrirem a acordos comerciais desiguais, sob a ameaça de serem atacados.

O primeiro artigo da atual constituição diz respeito ao Imperador: “O Imperador será o símbolo do Estado e da unidade do povo, derivando a sua posição da vontade do povo no qual reside o poder soberano”³. Ele deve se restringir ao exercício de um poder puramente simbólico e cerimonial, sem quaisquer atribuições de caráter político. O poder efetivo está distribuído entre as três esferas tradicionais no Ocidente: executivo, legislativo e judiciário.

A Dieta é o único poder legislativo do país, compondo o mais alto órgão do poder estatal. Dela deriva o Primeiro-Ministro, que é eleito pelos próprios membros. O gabinete de governo, que representa o poder executivo, deve ser ocupado pelo Primeiro-Ministro e vinte outros Ministros de Estado. O Primeiro-Ministro deve ter um “voto de confiança” da Câmara dos Deputados para manter-se no governo, podendo ser destituído se essa Câmara adotar um “voto de não confiança”. Ele deve escolher não mais de 17 ministros que devem ser provenientes da Dieta, sendo que esses ministros podem ser destituídos e substituídos pelo próprio Primeiro-Ministro. Os deveres do Primeiro-Ministro devem ser o exercer controle sobre o poder executivo, apontar e destituir ministros.

A Dieta, que tem seus membros eleitos pela população japonesa, consiste de duas câmaras: a Câmara dos Deputados, com 480 cadeiras, e a Câmara dos Conselheiros, com 252 cadeiras e são divididos em câmara alta e câmara baixa. Um projeto de que passa por uma das câmaras deve passar exatamente pelo mesmo processo deliberativo na outra para ser aprovado. No caso de desacordo entre as duas câmaras, a Câmara dos

³ Constitution of Japan – Article 1. The Emperor shall be the symbol of the State and of the unity of the people, deriving his position from the will of the people with whom resides sovereign power.

conselheiros (câmara alta) pode insistir em sua decisão nas questões de orçamento, tratados e escolha do Primeiro-Ministro, porem não pode aprovar essas decisões sem o apoio da Câmara dos Deputados (câmara baixa). Esta, por sua vez, tem maiores poderes decisórios sobre qualquer outro aspecto, podendo sobrepujar as decisões, leis e vetos passados pela câmara alta se estes passarem novamente pela Câmara dos Deputados e obtiverem dois terços dos votos a favor da sua implementação.

Os membros da Dieta são eleitos por voto popular não obrigatório. Os Deputados têm um mandato de quatro anos, sendo que a câmara pode ser dissolvida pelo Primeiro-Ministro. Os membros da Câmara dos Conselheiros são eleitos para um período de seis anos, sendo que metade deles é renovada a cada três anos.

O voto não é obrigatório e concedido a partir dos 20 anos de idade. Os eleitores devem escolher seus representantes entre partidos políticos diversos, que se colocam como de direita, centro e esquerda⁴. O voto acontece através de um sistema misto, de eleições diretas e representação proporcional. Eleitores vão às urnas duas vezes: uma para escolher um candidato específico e outra para votar em um partido político, na eleição de representação proporcional. Assim, para a Câmara dos Deputados, dos seus 480 membros, 300 são eleitos por voto direto da população e os 180 restantes por representação proporcional. O país é dividido em 11 blocos eleitorais, que acordo com seu tamanho, elegem 6 a 30

membros.

Na Câmara dos Conselheiros, 100 dos seus 252 membros são eleitos por representação proporcional, de um único distrito eleitoral nacional. Os 152 restantes são eleitos em 47 distritos políticos⁵, cada um elegendo de 2 a 8 membros. Assim como para as eleições na Câmara dos Deputados, os eleitores vão às urnas duas vezes, uma para votar em um partido político, e outra para votar em candidato específico.

O Judiciário é independente do Executivo e do Legislativo, sendo composto por um Supremo Tribunal, oito altos tribunais, um tribunal distrital por província (exceto a província de *Hokkaido* ao norte do país, que possui quatro) e vários tribunais sumários. O Supremo Tribunal é composto por um Presidente do Supremo, nomeado pelo Imperador, após a designação do Gabinete do Primeiro-Ministro e por quatorze magistrados nomeados pelo próprio Gabinete.

Referência

Sites:

Consulado Geral do Japão em São Paulo

<http://www.sp.br.emb-japan.go.jp>

House of Concillors

<http://www.sangiin.go.jp/eng/guide/index.htm>

House of Representatives

http://www.shugiin.go.jp/index.nsf/html/index_e.htm

Japan-guide.com

⁴ Somam quatorze em 2001: Partido Liberal Democrático; Partido Democrático Japonês e Clube dos Independentes; Novo Komeito; Partido Liberal; Partido Comunista Japonês; Partido Democrático Socialista; Novo Partido Conservador; Clube do Século 21; Independentes; Partido Democrático e Shin-Ryokufukukai; Komeito; Clube Niin-Liga Liberal; Novo Partido Sakigake; Partido da Rede Reformadora.

⁵ Uma metrópole (*To*) Tokyo, um conjunto de províncias (*Do*) Hokkaido, dois distritos urbanos (*Fu*) Osaka e Kyoto, e 43 outros distritos.

<http://www.japan-guide.com/e/e641.html>

Gabinete do Primeiro-Ministro Japonês

<http://www.kantei.go.jp/foreign/index-e.html>

Força de Grupos Políticos na Câmara dos Deputados (27 de março de 2007)

Partidos Políticos	Número de Membros
Partido Liberal Democrata	306 (27)
Partido Democrático do Japão e Clube dos Independentes	112 (10)
Novo Komeito	31(4)
Partido Comunista Japonês	9(2)
Partido Socio-Democrata	7(2)
Novo Partido do Povo e Grupo de Independentes	5
Independentes	9
Total	479 (45)
Postos vagos	1
Membros	480
*Números entre parênteses indicam o número de mulheres incumbidas.	

Fonte: Site da Câmara dos Deputados

Força de Grupos Políticos na Câmara dos Conselheiros (25 de março de 2007)

Partidos Políticos	Número de Membros
Partido Liberal-Democrata	109 (12)
Partido Democrata e Os Shin-Ryokufukai	82 (11)
Novo Komeito	24 (5)
Partido Comunista Japonês	9 (3)
Partido Social-Democrata	6 (1)
O Novo Partido do Povo	4 (1)
Independentes	4 (1)
Membros	238 (34)
Postos Vagos	4
Total	242
*Números entre parênteses indicam os número de mulheres incumbidas	

Fonte: Site da Câmara dos Conselheiros

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Profa. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Andre Klausing; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Diego Pereira; Fernando Maia; Joana Laura Nogueira; Lígia Mello; Luiz Fernando Moura e Castro; Raphael Rezende Esteves.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itáú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas – Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>